

A INDILIGÊNCIA FAMILIAR NO PROCESSO DE EVASÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Camila Carla da Costa Almeida ¹
Francisca Alaiane Lima da Silva ²
Antônio Eduardo da Silva Araújo ³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica na qual busca comparar dados de evasão de alunos com necessidades especiais dentro do processo de ensino aprendizagem e como a família participa deste processo. Sabe-se que a educação inclusiva baseia-se na concepção de garantia dos direitos humanos, nesta perspectiva a mesma dentro do processo educativo atua como uma forma de assegurar a inclusão de todos englobando pessoas com necessidades educativas especiais. Com o propósito de evidenciar as questões que levam os alunos com necessidades educativas especiais a terem altos números de evasão e a responsabilidade que a família tem, visto que a mesma juntamente com a escola deveria proporcionar concomitantemente para que os índices de evasão desses alunos fossem baixos ou até mesmo inexistentes.

A família, peça fundamental no decorrer do assunto abordado no presente artigo, atualmente se estende a vários significados e formas de ser composta, no entanto, o que vale ter como base é a definição dada por Pinheiro (2018, p. 2) onde a mesma diz que a família é uma representação grupal onde é possível se desenvolver três tipos de relações pessoais básicas: aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consanguinidade (irmãos), e que a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhes condições para a aquisição de identidade pessoal, a família tornou-se responsável em transmitir valores éticos, estéticos, religiosos e culturais, ela também carrega a responsabilidade de ser a primeira e principal agente de socialização e educação da criança, assim como preside aos processos fundamentais de desenvolvimento cognitivo, psíquico e a organização da vida afetiva e emocional.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal - IFRN, camila.almeida@escolar,ifrn.edu.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal - IFRN, alaiane.lima17@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal - IFRN, eduardo613666@gmail.com

Consequente a essa definição nota-se a importância de falar sobre a responsabilidade do núcleo familiar em participar ativamente dos processos de socialização dos filhos e concomitantemente a isso a iniciação e toda trajetória dos mesmos na educação e seus direitos a tê-la, pois “Embora seja considerado um grupo único, a família participa de uma comunidade, de contexto social maior, e em seu prolongamento prioritário participam de estruturas sociais maiores. “ No entanto, não pode-se generalizar o bom desenvolvimento das obrigações para com os filhos por parte dos pais ou responsáveis, visto que não há como ter exato controle nas ações dos envolvidos no papel de maior responsabilidade do corpo familiar, e não há apenas um modelo de família, como deixa evidente Baumrind (1971) que classifica os controles exercidos pelos pais em direção aos filhos como três tipos de poderes: O autoritativo que tem como princípio o respeito mútuo e o equilíbrio entre afeto e controle nas relações com os filhos; o autoritário que implica alto nível de controle restritivos e impositivo sobre a conduta dos filhos, estabelecendo inúmeras exigências e mantém pouco envolvimento afetivo entre ambos, e o estilo permissivo, onde os pais tentam se comportar de maneira não-punitiva e receptiva diante dos desejos e ações da criança, apresentam-se como realizadores de desejos e não como agentes responsáveis por moldar/redirecionar seus comportamentos, e esse último estilo foi desmembrado por Maccoby e Martin (1983) em indulgente e negligente, de modo que um caracteriza-se por ter a presença de um baixo controle dos pais para com os filhos e em contra partida alta responsabilidades, e em outro há como o próprio nome já prevê a negligência em ambos os aspectos da vida da criança/adolescente onde cabe focar no consequente descumprimento da criação e prática dos direitos básicos e fundamentais dos filhos perante a sociedade, o que pode ser o fio da meada para adentrar num assunto pouco falado cotidianamente, a responsabilidade dos pais no processo de evasão de alunos com necessidades educativas especiais, e os motivos que levam a indiligência dos mesmos quando o assunto é a educação dos filhos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, durante a pesquisa de revisão bibliográfica fez-se necessário organizar as pautas a serem descritas no decorrer do trabalho, de modo que facilitasse o bom desenvolvimento do mesmo. Em seguida iniciou-se a fase da pesquisa por material de qualidade e de fontes confiáveis, apesar da área não ser bem aprofundada e da educação inclusiva ser uma pauta relativamente nova, foi possível encontrar

bons dados para que a escrita do trabalho fosse um sucesso, a principal fonte de dado foi o artigo intitulado **A negligência familiar no processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais** de Maria Alves Pinheiro, que veio totalmente a calhar com o tema do presente trabalho. Também foram selecionados outros autores que tratam do mesmo tema da pauta principal levantada. Fez-se uso de livro online disponibilizado pelo IFRN, instituição de ensino superior ao qual a autora do presente trabalho é acadêmica do curso de Licenciatura em Química, o livro trata da história da educação inclusiva e leis que asseguram a educação especial para alunos com necessidades educativas especiais. Após selecionar toda base de dados, houve leitura aprofundada para então ocorrer a revisão bibliográfica e escrita do artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para que seja possível ter uma compreensão de fato do que é a educação especial e por fim chegar aos fatores que levam os pais a serem indiligentes quanto aos direitos dos filhos em terem acesso a ela, é importante que haja uma retrospectiva sobre a educação inclusiva de forma geral, ressaltando que as duas em significado e prática são diferentes e que a educação especial se encontra dentro da inclusiva. De acordo com Pinheiro (2018) a educação inclusiva pode assim ser definida:

“A educação inclusiva é entendida como um processo que busca garantir o direito fundamental à educação para todos, independentemente de suas diferenças e necessidades educativas especiais. Isso implica em promover a participação plena e efetiva de todos os alunos na escola e na comunidade, valorizando a diversidade e respeitando as diferenças individuais”.

Vale destacar que na definição de educação inclusiva a autora deixa claro que o direito a educação é para todos, independentemente de suas diferenças e necessidades educativas especiais, é comum que haja uma confusão nos termos, isso se deve ao fato de que “No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais”. (ROGALSKI, 2010, p. 2)

Tomando proporções maiores e na visão de mundo, a história da educação inclusiva passou por períodos piores, desde os primórdios são enfrentadas dificuldades caracterizadas até

mesmo como humilhantes por parte de pessoas que se enquadram em um perfil tido como “anormal”, sendo que nesse período da história da humanidade muitos foram deixados para trás de acordo com a teoria da seleção natural de Darwin, onde sobrevive o mais forte e mais capacitado a se adequar ao ambiente, pode-se concluir isso a partir do fato de que nesse mesmo período não haviam possíveis chances de pessoas diferentes serem incluídas. Tomando como base uma época mais fácil de exemplificar sobre segregação temos o exemplo de Roma e os espartanos, onde prevalecia a dedicação de cada indivíduo em busca de melhorias para o corpo para que assim fosse possível servir em guerras, isso fazia com que as pessoas tidas como deficientes fossem eliminadas como afirma Aranha (1996, p. 51) que os cuidados com o corpo começam com uma política de eugenia – prática de melhoramento da espécie – que recomenda abandonar as crianças deficientes ou frágeis e procurar fortalecer as mulheres para gerarem filhos robustos e sadios.

As pessoas com deficiências passaram também por uma fase em que serviam como amas, como atração circense, e a opção mais digna possamos assim dizer era mendigar, pois segundo Durant (apud CARVALHO, 2006) nos lugares em que havia concentração de pessoas, os deficientes eram utilizados para mendigar ou como atração circenses, e somente assim começaram a ter algum valor, que era o mercantil, já que por meio do ato de mendigar ou servir como atração forneciam lucros a seus senhores, gerando a existência de mercado especial para comercialização dos sujeitos anormais. O que na visão que se tem hoje e com as leis que por mais que sejam falhas muitas vezes, permite que a humanidade veja tais atos históricos como monstruosos. Dando um pulo para a Idade Média onde a ideologia cristã prevalecia e houveram certas melhorias para as pessoas com deficiências ainda não era suficiente, pois a mesma não conseguirá com todo seu poder sobre a sociedade erradicar a segregação, isso Mendes nos afirma sob a seguinte citação:

A visão demonológica da deficiência foi muito forte e persistente ao longo dos tempos. Ela aparece na religião persa, é acolhida pela tradição judaico-cristã, tem auge na Idade Média e expressão máxima em 1487 com a publicação do manual sobre bruxaria *Malleus Malecarum* dos monges alemães Sprenger e Kraemer. O martelo dos bruxos, como era conhecido, foi um manual indispensável na luta contra a bruxaria na Europa. Nesse período, pessoas com epilepsia, lepra, cegos e coxos juravam que as suas enfermidades eram originadas pelas bruxas que, por intermédio do demônio, deixaram-nas em tais condições. Pessotti (1984) chama a atenção para o fato de que, dada a credulidade da população rural e seu fanatismo clerical, não



surpreende que, entre as cem mil pessoas queimadas por bruxaria, só na Alemanha do século XVII, estivessem incluídas centenas de dementes e amentes ou de- cientes mentais. (2012, p. 9).

Somente mais a frente na linha do tempo, começaram a ocorrer mudanças mais significativas que acolhesse os deficientes, foi quando a igreja católica começou a criar abrigos e asilos, para de certa forma ajudar as pessoas com deficiência e carentes que agora então deixará de serem atrações circenses e mendigos, na prática a teoria é outra ou vice versa, pois de fato esses centros/asilos serviam para “depositar” as pessoas indesejadas pela sociedade, e novamente não era o suficiente porque os lugares que teoricamente eram para da suporte as pessoas que precisavam, na verdade tornou-se por décadas uma espécie de tortura coletiva e arrancou de muitos indivíduos direitos que deveriam desde sempre existir, por ser mais fácil lidar dessa forma com as pessoas deficientes do que cogitar a possibilidade de educa-las afirma Martins (1999) que essa interpretação clínica fez com que os deficientes fossem percebidos como seres ineducáveis, sendo apontada como melhor solução o seu isolamento social. Inibindo assim os direitos dos mesmos que só passaram a existir bem mais na frente no sentido linha do tempo até a atualidade.

Mais a frente em meados do séc. XVI na Europa, a visão orgânica que até então tida como o motivo das deficiências, foram questionadas por métodos de educação, que foram testados em pessoas deficientes por médicos e os resultados foram positivos, alguns desses testes foram: um trabalho com crianças surdas desenvolvido por Frade Ponce de León, método educativo para pessoas com deficiência mental criado por Edward Seguin e ainda Segundo Freitas (2002) Pestalozzi (1746-1827), Frobel (1782-1852) e Decroly (1871-1922) também contribuíram para o crescimento da pesquisa na área da deficiência. Essas contribuições causaram uma expansão das instituições voltadas para esse público, porém não era o suficiente, pois já em meados do século XX o ensino ainda era dividido em ensino regular para alunos normais e ensino especial para pessoas com deficiência, só então em 1960 com a crescente luta pelos direitos humanos esse modelo educativo começou a ser questionado, a partir daí averiguou-se a necessidade de unificar o ensino em busca de respeito mútuo, diversidade, e abandono de preconceitos. A unificação, segundo Sasaki (1997), inicia-se no final da década de 1960, através do movimento pela integração que defendia a educação de alunos normais com discentes que apresentam deficiência, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola. Segundo Freitas (2002) o paradigma da integração tinha como princípios a normalização que visava criar um ambiente o mais

próximo possível do mundo exterior para pessoas com deficiência que estavam nas instituições e o mainstreaming que significa proporcionar aos alunos a participação na medida do possível dos serviços educacionais disponíveis na corrente principal da comunidade, o que ainda não era suficiente pois desencadeou um sistema de cascata, ou seja, houve a introdução dos alunos com deficiências nas escolas, porém nada foi feito para que ocorresse a diminuição da marginalização e exclusão. O modelo da integração não instigava mudanças substanciais nos ambientes sociais, já que as pessoas com deficiência para serem aceitas teriam que: adequar-se aos serviços especiais, como a classe especial, a escola especial; acompanhar os procedimentos normais presentes no ambiente de trabalho, da escola e de outros locais sociais; transpor os obstáculos existentes no ambiente físico como edifícios, transportes, entre outros; saber lidar com as atitudes discriminatórias; realizar papéis sociais com autonomia, mas não necessariamente com independência. (Sassaki, 1997). Só então na década de 1990, segundo Fortes (2011) emerge o paradigma da inclusão que propõe a modificação do sistema educacional para atender as necessidades de todos os alunos. Desse período até a atualidade, bem menos de um século, houveram alguns marcos importantes para o cumprimento da educação inclusiva, como foi a Declaração de Salamanca (1994) pode-se pincelar a fase em que as pessoas assim descritas deixaram de serem tidas como pecadoras e suas deficiências foram vistas como disfunção orgânica, isso só se deu pelo fato de que a igreja deixou de ser o centro de tudo, a fé, e a razão começou a tomar de conta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa realizada por Pinheiro (2018) e de total concordância por parte da autora do presente artigo, notou-se que no que diz respeito à participação da família na escola os resultados indicam que pais presentes e responsáveis estimulam os filhos a buscarem bom desenvolvimento apesar de suas limitações. No entanto, Pinheiro também dá ênfase ao fato de algumas famílias não estarem prontas para lidar com os sentimentos a respeito das deficiências dos filhos, sejam esses sentimentos: medo do futuro incerto de seus filhos, impotência por não fazer mais junto ao fato de que as escolas não tem tanto suporte para proporcionar inclusão e boa educação, agressões físicas e bullying, fora o luto pela expectativa que os pais têm e a não correspondência dessas. Esse misto de sentimentos se expressa às vezes em forma de preconceito, não aceitação, e isolamento dos filhos causando evasão escolar dos mesmos. Em conjunto a isso ocorre também uma escassa interação entre a escola e os pais, dificultando a resolução e colaborando para que o índice de evasão aumente,

desse modo a escola assume o papel de negligente e deixa de incluir a família como peça fundamental no processo de educação, aprendizagem e desenvolvimento social desses alunos. O conjunto de fatores antes citados interferem na aprendizagem de pessoas com necessidades educativas especiais, sendo os principais fatores responsáveis pela exclusão e evasão. Posteriormente a essa pesquisa pretende-se seguir com os estudos dos casos de evasão de alunos com necessidades educativas especiais na região vale do açu, buscando seguir com os trâmites necessários para que seja aplicado questionários em escolas públicas da região, referentes a como a família atua e reage para que esses alunos tenham seus direitos educacionais garantidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se ao fim da revisão bibliográfica que a educação especial necessita de mais visibilidade, compreensão e quebra de preconceitos principalmente por parte da família, que deveria ser a maior rede de apoio de seus filhos. A família, mesmo que independente e por vários motivos, incluindo motivos emocionais, mas não só isso, é a principal causa da evasão desses alunos, faz-se necessário uma supervisão maior por parte dos órgãos competentes para que haja o cumprimento de leis que resguardam os direitos desses alunos.

Palavras-chave: Educação inclusiva, evasão escolar, família, processo educativo, necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010.

PINHEIRO, Maria Alves. A negligencia familiar no processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais. **Revista Científica de Iniciación a la Investigación**, v. 3, n. 2, 2018.

Baumrind, D (1971). **Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology***, 4 (1) 1-103.

Maccoby, E., e Martin, J., (1983). **Socialization in the context of family: Parent-child interaction. *Handbook of Child Psychology***.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.



CARVALHO, Alfredo Roberto de; ROCHA, Jomar Vieira da; SILVA Vera Lúcia Rodrigues da. **Pessoa com deficiência na história:** modelos de tratamento e compreensão. IN: CARVALHO, Alfredo Roberto de; SILVA, Dorisvaldo Rodrigues da; Enio Rodrigues da ROSA [et all] (orgs). Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos/organização do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais –PEE. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

MENDES, Iba. **O deciente físico ao longo da História.** Disponível em: <http://www.ibamendes.com/2011/02/o-deciciente-sico-ao-longo-da.html>. Acesso em: 15. maio. 2012.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **A diferença /deficiência sob uma ótica histórica.** Revista Educação em Questão, n. 8/9, 1999.

Fortes, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas, **Educação Inclusiva.** Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/858?show=full> . Acesso em: 25 de Setembro de 2023.